



## **Comentários à Consulta Pública n.º 121 da ERSE**

Propostas de plano quinquenal de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás, 2025-2029 (PDIRD-G 2024)

16 julho de 2024

# 1. Âmbito

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) deu início à Consulta Pública n.º 121 para a **“Propostas de plano quinquenal de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás, 2025-2029 (PDIRD-G 2024)”**.

Face à alteração regulamentar proposta, cabe à IBERDROLA, enquanto parte integrante e relevante *stakeholder* do setor energético nacional, com um papel ativo e dinâmico no setor elétrico e do gás, participar na presente Consulta Pública n.º 121, com o intuito de contribuir, com a sua perspectiva, para uma dinâmica equilibrada do setor relativamente ao desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás.

Neste sentido, deverão ser acautelados os investimentos futuros nas redes de distribuição de gás tendo em conta os dados disponíveis, as políticas públicas e a orientação da matriz energética do futuro nacional. Ou seja, a ERSE, na qualidade de regulador e apesar de não participar ativamente na definição de políticas públicas; desempenha neste contexto, um papel fundamental ao nível da necessária análise de médio e longo prazo sobre a evolução do setor do gás, tendo em conta os vários cenários e as políticas públicas europeias e nacionais.

Os vários planos nacionais de energia e clima, densificados em planos e estratégias nacionais de energia renováveis, produção de hidrogénio, *phasing-out* de tecnologias poluentes, e os demais apoios aos consumidores de energia, devem aportar visões, resultados e linhas orientadores e programáticas que culminam nos planos de investimentos nas redes. Ainda a esta propósito destacamos as orientações de política energética e respetivas metas nacionais estabelecidas pelo Governo no PNEC, no RNC, na Estratégia Nacional para o Hidrogénio (ENH2) e no Plano de Ação para o Biometano (PAB), para além das orientações e metas estabelecidas no pacote REPowerEU.

Com base nessa análise deverá então ser construído o PDIRD-G para um total alinhamento estratégico com os designios nacionais.

## 2. Comentários

Antes de mais, clarificamos que a IBERDROLA renhece a importância da infraestrutura para o setor energético nacional e o seu papel na transição energética. Orientados e totalmente alinhados com a transição energética, apresentamos o nosso contributo destacando os seguintes aspectos:

1. Sabe-se, que é previsível que venha a existir uma paulatina redução do consumo de gás porque os consumidores tendencialmente optarão por soluções de eletrificação, de energia térmica e de soluções de calor industrial de média temperatura. Por isso, antes de programar necessidades de infraestrutura é necessário **analisar, à priori, a efetiva procura necessária numa óptica holística sobre impacto dessa evolução.**
  
2. Conhece-se as **limitações da maturidade da tecnologia com recurso ao hidrogénio renovável (H2 verde)** que dificilmente substituirá o gás natural:
  - a. A utilização do H2 verde é posto em causa na descarbonização de usos eletrificáveis como o consumo doméstico, no setor dos serviços, e em grande parte do consumo industrial, bem como no armazenamento – que como se sabe acarreta custos e elevado desenvolvimento tecnológico.
  - b. Atualmente o H2 Verde já é introduzido na substituição o uso atual H2 cinzento e na descarbonização do transporte aéreo e aviação. A IBERDROLA tem em marcha projetos relevantes nestes segmentos específicos sendo já um dos principais produtores de H2 Verde da Península Ibérica.
  - c. É pois, com alguma propriedade e justiça de causa que, a IBERDROLA afirma que a construção de “hidrodutos” não justifica os investimentos programados porque o consumo de H2 Verde não se prevê que seja massivo e porque a alternativa é a de produzi-lo no local de consumo evitando transporte e armazenamento. Neste contexto sugere-se que seja feita uma análise de custo-benefício por uma entidade terceira independente.

- d. O desenvolvimento do H2 Verde deve começar com o fornecimento *in loco* para clientes comprometidos com a descarbonização – em particular os clientes industriais. A mistura deve ser considerada como uma alternativa de último recurso, aliás, alinhada com o contexto europeu e nacional:
- A Estratégia H2 na Europa considera que a mistura não é uma solução eficiente e dilui o seu potencial: *“a mistura é menos eficiente e diminui o valor do hidrogénio. A mistura também altera a qualidade do gás consumido na Europa e pode afetar a conceção da infraestrutura de gás, as aplicações dos utilizadores finais e a interoperabilidade do sistema transfronteiriço.»*
  - O H2 renovável é um produto muito escasso e valioso e a injeção de H2 Verde na atual rede de gás através do processo de mistura dilui o seu potencial efeito de descarbonização. É mais eficaz utilizar o H2 Verde disponível para descarbonizar uma utilização ou setor específico onde a redução é difícil.
- e. Em qualquer caso, é unânime que o sector do gás deve financiar os custos associados às suas infra-estruturas. No entanto, não faz sentido injetar H2 Verde nas redes de gás, uma vez que produz um efeito de *“lock-in”* (dado que as redes de gás apenas admitem uma percentagem limitada de H2, chegando a um momento em que já não será possível introduzir mais H2 com a evidente necessidade de injetar mais gás natural).
3. Também a análise referida acima como necessária deve contemplar os **impactos tarifários e de funcionamento do sistema através de uma cuidada SWOT dos planos de investimento, orientada num referencial inequívoco de sustentabilidade funcional e operacional do SNG.**
4. A IBERDROLA considera que todos os planos de investimento, considerando a sua dimensão programática, devem espelhar análises de impacto e avaliações de competitividade que, no caso da *commodity* gás, não está suficientemente clara no

presente Plano por comparação com as outras fontes e alternativas de energia nos referenciais de oferta e procura.

A IBERDROLA entende que é necessária uma atualização do Plano em relação ao exercício anterior, permitindo um necessário ajuste em função da evolução das necessidades previstas e programadas. No entanto, a IBERDROLA considera que as propostas presentes na Consulta Pública não refletem as necessidades atuais nem as de um futuro sustentável que, como sabemos, são baseadas em energias renováveis.